

Ofício nº 17940/GM-MD

Brasília, 5 de julho de 2019.

A Sua Excelência a Senhora
Deputada **SORAYA SANTOS**
Primeira-Secretária da Câmara dos Deputados
Câmara dos Deputados
70160-900 – Brasília/DF

Assunto: Requerimento de Informação nº 625/2019.

Senhora Primeira-Secretária,

1. Refiro-me ao Ofício 1^aSec/RI/E/nº 550/19, de 7 de junho de 2019, que trata do Requerimento de Informação nº 625/2019, por meio do qual a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional solicita informações ao Ministro da Defesa sobre o Projeto Proteger.
2. A respeito do assunto, cumpre-me informar a nobre Deputada, a resposta que segue anexa, contendo 15 (quinze) páginas.
3. Coloco-me à disposição para os esclarecimentos adicionais que Vossa Excelência reputar necessários.

Atenciosamente,


FERNANDO AZEVEDO E SILVA
Ministro de Estado da Defesa

PRIMEIRA-SECRETARIA	
Documento recebido nesta Secretaria sem a indicação ou aparência de tratar-se de conteúdo de caráter sigiloso, nos termos do Decreto n. 7.845, de 14/11/2012, do Poder Executivo.	
Em <u>10 / 7 / 19</u>	às <u>17 h 15</u>
<u>LIR</u>	<u>5-876</u>
Secretaria	Ponto
<u>Fernando</u>	<u>lir</u>
Defensor	Mortador

RESPOSTA AO REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº 625/2019

PLANEJAMENTO E CRONOGRAMA COMPLETO DE EXECUÇÃO DO PROJETO:

Estudo de Viabilidade do Programa Proteção da Sociedade – PROTEGER

1. Finalidade

Apresentar o estudo realizado para verificar a viabilidade da manutenção do Projeto Estratégico do Exército (PEE) PROTEGER por ocasião de sua transformação para Programa Estratégico do Exército (PrgEE) PROTEGER.

2. Equipe do Estudo de Viabilidade

a. Chefe da Equipe (1º Membro)

1) 01 (um) Coronel do Exército

2) Organização Militar: Escritório de Projetos do Exército (EPEx) / Estado-Maior do Exército (EME)

3) Função: Gerente do PEE PROTEGER

4) Telefones funcionais: 3415 6499

b. 2º Membro

1) 01 (um) Coronel do Exército

2) OM: EPEx/EME

3) Função: Supervisor do PEE PROTEGER

4) Telefones funcionais: 3415 6499

c. 3º Membro

1) 01 (um) Coronel do Exército

2) OM: EPEx/EME

3) Função: Gestor Financeiro do PEE PROTEGER

4) Telefones funcionais: 3415 6409

3. Objetivo(s) do Programa

a. Objetivo Geral

Oferecer ao Exército Brasileiro (EB) capacidades para a ampliação da proteção à sociedade brasileira, decorrente do emprego da Força Terrestre (F Ter) na garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem; e na cooperação com o desenvolvimento nacional e a defesa civil, conforme previsto no Artigo nº 142, da Constituição Federal de 1988 e na Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999.

b. Objetivos Específicos

- Adequar as capacidades já existentes da F Ter e de suas reservas mobilizáveis às crescentes demandas de proteção da sociedade, decorrentes do crescimento continuado do Brasil e de sua conjuntura político-social.

- Ampliar as capacidades da Força Terrestre para atuar em operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), de Garantia da Votação e Apuração (GVA), de proteção de Estruturas Estratégicas Terrestres (EET), e de prevenção e combate ao Terrorismo.

- Oferecer melhores condições de emprego da F Ter no apoio à Defesa Civil em calamidades decorrentes de desastres naturais ou provocados, inclusive com atuação em áreas contaminadas por agentes Químicos, Biológicos, Radiológicos e Nucleares (QBRN), assim como em outras ações subsidiárias.

- Ampliar a interoperabilidade do EB com as outras Forças militares e sua capacidade para integrar esforços interagências.

- Otimizar o emprego dos recursos destinados à preparação do Exército para Defesa da Pátria em sentido amplo.
- Ampliar a capacidade de pronta resposta da F Ter em todas as áreas de Proteção Integrada (API) dos Comandos Militares de Área (C Mil A).
- Disponibilizar infraestrutura de integração interagências, nos Centros de Coordenação de Operações (CCOp) fixo e móveis, para esforços comuns entre instituições públicas e/ou privadas, de modo a fortalecer a sinergia das ações voltadas para proteção da sociedade brasileira, oferecendo melhores condições para o funcionamento do Sistema de Comando e Controle da Força Terrestre (SisC²FTer), a cargo do Comando de Operações Terrestres (COTER).
- Contribuir com a segurança, a organização, o gerenciamento e a execução de grandes eventos internacionais em território brasileiro.
- Ampliar a capacidade do EB em conduzir a simulação construtiva, virtual e viva.

4. Capacidades e Benefícios Pretendidos

a. Benefícios

- Contribuição para a ampliação da Proteção da Sociedade decorrente do emprego da Força Terrestre.
- Contribuição para a ampliação da Proteção da Sociedade contra ações terroristas e eventos de Defesa Química, Biológica, Radiológica e Nuclear (DQBRN).
- Contribuição para o fortalecimento do desenvolvimento da Base Industrial de Defesa (BID).

b. Novas Capacidades

- 1) Conhecimento ampliado, atualizado e adotado doutrinariamente acerca dos princípios, práticas e procedimentos que norteiam as comunicações e o comando e controle, de forma que as novas tecnologias, sistemas e processos permitam a manutenção tempestiva da consciência situacional, nos diversos escalões de comando, baseado na capacidade de transmissão de dados, imagens e voz em tempo real.
- 2) Organizações Militares (OM) estruturadas para a realização, nas melhores condições, das tarefas necessárias ao atingimento dos benefícios para a sociedade previstos pelo programa.
- 3) Tropa adestrada com materiais, equipamentos, armamentos e sistemas C² adequados para a realização nas melhores condições das tarefas necessárias ao atingimento dos benefícios para a sociedade previstos pelo programa.
- 4) Quadro de Distribuição de Material (QDM) das OM estruturadas e com materiais, equipamentos e sistemas C² para a realização nas melhores condições das tarefas necessárias ao atingimento dos benefícios para a sociedade previstos pelo programa.
- 5) Sistema integrador de *softwares* para apoiar operações conjuntas e em ambiente interagências, fundamental para atingimento da consciência situacional em todos os escalões.
- 6) Plano de disciplina das escolas contemplando a instrução de técnicas, táticas e procedimentos para a utilização dos novos materiais, equipamentos, armamentos e sistemas C², tudo de acordo com os conhecimentos doutrinários atualizados.
- 7) Quadro de Cargos Previstos (QCP) de Organizações Militares adequados para a realização nas melhores condições das tarefas necessárias ao atingimento dos benefícios para a sociedade previstos pelo programa.



8) Estrutura fixa central para receber, processar, armazenar e distribuir dados e informações de interesse para o estabelecimento da Consciência Situacional da F Ter nos níveis Estratégico, Operacional e Tático.

9) Infraestruturas fixas para as ações de Proteção Integrada com atuação em ambiente interagências nos C Mil A e Grandes Unidades operacionais.

5. Proposta de Composição do Programa

a. Gerenciamento

Iniciativas necessárias à gerência do Programa, tais como planejamento execução de viagens, capacitações, aquisição de materiais necessários à gerência do programa.

b. Subprograma SISCOT

1) Implantação do Sistema de Coordenação de Operações Terrestres, cujo órgão central é o Comando de Operações Terrestres – COTER.

2) **Projeto Integrador:** Sistema integrador de softwares e sistemas, baseados em Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC), que deverá prover a Força Terrestre, os Comandos Militares de Área e os Grandes Comandos e Grandes Unidades Operacionais com as capacidades de monitoramento, vigilância, inteligência e análise por múltiplas perspectivas, ampliando a consciência situacional dos comandantes em todos os escalões e facilitando o planejamento, comando, controle e coordenação continuada das operações, em ações singulares, conjuntas ou em ambiente interagências.

3) **Projeto Sistema de Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC):** Aquisição e instalação integrada de material TIC necessários ao funcionamento dos CCOp (Fixos e Móveis).

4) **Projeto Centro de Coordenação de Operações (CCOp):** Planejamento e implantação da infraestrutura e os bens e serviços necessários para o funcionamento dos CCOp Fixos em Brasília (CCOp Bsa), nos C Mil A e nos Grande Comando (G Cmdo)/Grandes Unidades (GU) operacionais.

5) **Ações Complementares:** Aquisição de bens e contratação de serviços de toda ordem necessários à complementação das atividades necessárias a implantação do sistema do Coordenação de Operações Terrestres, em complemento às atividades dos projetos integrantes do Subprograma SISCOT.

c. Projeto Prevenção e Combate a Ações Terroristas

Define e descreve os Produtos de Defesa (PRODE) para equipar, capacitar e adestrar o combatente individual e frações de OM de Operações Especiais (Op Esp), de DQBRN e de Inteligência Operacional nas atividades relativas à prevenção e combate contra terror.

d. **Ações Complementares:** Complementa a aquisição de bens e contratação de serviços de toda ordem necessários à implantação de Centros de Adestramento e Simulação (CAS) instalados para o desenvolvimento da capacidade de adestramento e simulação na Força Terrestre; para as ações a serem implementadas na capacitação de pessoal nos processos de ensino-aprendizagem e de Instrução Militar necessárias ao desenvolvimento das habilidades individuais e coletivas decorrentes da implementação do Sistema Operacional Militar Terrestre (SISOMT); e, para as ações a serem implementadas no adestramento individual e coletivo necessários ao desenvolvimento das capacidades individuais e coletivas decorrentes da implementação do Plano de Instrução Militar (PIM/COTER) e outras determinações que possam advir em decorrência de missões atribuídas à Força Terrestre.

6. Alinhamento Estratégico

a. Enquadrado pelo Subportfólio de Defesa da Pátria, o PrgEE PROTEGER se encontra alinhado com os seguintes Objetivos Estratégicos do Exército (OEE):

- OEE 5 – Implantar um novo e efetivo sistema operacional militar terrestre.
- OEE 3 – Contribuir com o desenvolvimento sustentável e a paz social.

b. A fim de contribuir para a conquista dos OEE supracitados, o PEE PROTEGER realizou uma série de ações visando, inicialmente, o apoio *lato sensu*, aos atuadores em face dos grandes eventos que ocorreram no Brasil no período de 2012 a 2016, particularmente, a Jornada Mundial da Juventude (2013), a Copa das Confederações (2013), a Copa do Mundo de Futebol da FIFA (2014) e os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016.

Numa segunda etapa, o PROTEGER priorizou as tarefas relativas à implantação do SISCOT, particularmente, o projeto piloto do CCOp Móvel; elaboração dos projetos de engenharia para a construção do CCOp Brasília, órgão central do SISCOT; e o desenvolvimento do software INTEGRADOR, além da aquisição de material para apoio aos atuadores.

c. A sociedade brasileira é o principal público beneficiado pelas ações implementadas pelo PEE PROTEGER, traduzidos recentemente nas ações de segurança durante os grandes eventos supracitados, por intermédio da melhoria das condições de preparação e atuação da tropa, assim como da capacidade de coordenação e controle das operações, particularmente nos Comandos Militares de Área, G Cmdo e GU operacionais.

Destaque-se que somente no primeiro trimestre do ano de 2017 a Força Terrestre foi empregada em Operações de GLO nos Estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Rio Grande do Norte, além da atuação em unidades prisionais.

d. Consequências visualizadas advindas da não implementação do programa.

Crescente deterioração da capacidade de emprego tempestivo da Força Terrestre na Proteção da Sociedade, decorrente da necessária e substituição e/ou implementação de sistemas e materiais de emprego militar, particularmente para o planejamento, coordenação, comando e controle de operações; para as atividades de planejamento e combate ao terrorismo; para as ações em ambiente sujeito a contaminação por agentes químicos, biológicos, radiológicos ou nucleares; e, para o pronto estabelecimento das comunicações em todos os níveis, inclusive em ambiente interagências que caracterizam as operações em grandes centros urbanos.

Perda da oportunidade para contribuição do fortalecimento do desenvolvimento da Base Industrial de Defesa (BID).

7. Riscos e Alternativas Possíveis

Descrição do RISCO	ALTERNATIVA proposta
Risco de que o Governo Federal não disponibilize recursos financeiros para a execução do programa na forma programada.	Suspender, temporariamente, a execução do programa, aguardando oportunidade para sua retomada.
Interrupção do repasse de recursos financeiros	Adequar o planejamento. Atuar junto à AP para mitigar o impacto.
Não cumprimento do Cronograma previsto para a descentralização dos créditos.	Adequar o planejamento. Buscar fontes alternativas de recursos.
Riscos de alterações no escopo do programa	Adequar o planejamento e execução.

produzidas pelo Patrocinador.	
Baixa priorização no apoio à gestão do Programa.	<p>Manter o EME informado das ações do Programa, bem como de sua abrangência e impacto no EB.</p> <p>Buscar o comprometimento do Órgão de Direção Geral (ODG), Órgão de Direção Operacional (ODOp), Órgão de Direção Setorial (ODS) e C Mil A para com o PROTEGER.</p>
Dimensionamento insuficiente da equipe do Programa.	<p>Buscar a contratação de Prestador de Tarefa por Tempo Certo (PTTC). Contratar uma empresa para atuar nas áreas com elevadas demandas.</p> <p>Transferir militares para a Equipe de Planejamento.</p>
Excessiva burocratização do processo físico financeiro comprometer a contratação de serviços e/ou aquisição e distribuição de PRODE.	Atuar junto ao processo físico-financeiro para diminuir os impactos do risco.
Empresas contratadas tornarem-se impossibilitadas de cumprirem os contratos.	Adequar o planejamento. Iniciar novo processo administrativo para dar continuidade ao programa.
Serviços ou PRODE fornecido cuja performance não corresponda aos requisitos do Programa.	Acompanhamento e fiscalização do processo de recebimento dos PRODE por intermédio da equipe do programa e pelos representantes do programa nos ODS, ODOp e C Mil A.
Litígio judicial de natureza trabalhista, acidentário, fiscal ou previdenciária em que o empregado da terceirizada figure como litigante.	Estabelecer cláusulas contratuais que resguardem a instituição.
A prestação do serviço de capacitação operacional e logística não seja eficaz.	Estabelecer cláusulas no contrato que garantam a manutenção da qualidade dos PRODE. Estabelecer os requisitos dos PRODE a serem adquiridos. Se for o caso, contratar seguro que garanta a qualidade do PRODE.
Imposições governamentais para aquisição de determinados PRODE impedindo a confecção de cronograma consistente.	Adequar o planejamento, alterando o custo do programa.
Período de execução do Programa envolver vários Governos.	Reajustar o planejamento, se for o caso.
A inflação produza uma alteração significativa nos custos de contratação de serviços e/ou aquisição e distribuição de PRODE.	Adequar o planejamento, alterando o custo do programa.

Variação cambial da moeda nacional comprometendo a incorporação de insumos ou PRODE estrangeiros.	Buscar a recomposição do equilíbrio econômico financeiro em virtude do impacto cambial.
Mudanças na Tecnologia no decorrer do Programa.	Adequar o planejamento. Elaborar novos Termos de Referência.

8. Estudo Técnico

a. Metas do programa

1) **Doutrina:** Conhecimento ampliado, atualizado e adotado doutrinariamente acerca dos princípios, práticas e procedimentos que norteiam as comunicações e o comando e controle, de forma que as novas tecnologias, sistemas e processos permitam a manutenção tempestiva da consciência situacional, nos diversos escalões de comando, baseado na capacidade de transmissão de dados, imagens e voz em tempo real.

2) **Organização:** Estrutura organizacional das Organizações Militares (OM) estruturadas para a realização nas melhores condições das tarefas necessárias ao atingimento dos benefícios para a sociedade previstos pelo programa.

3) **Adestramento:** Tropa adestrada com materiais, equipamentos, armamentos e sistemas C² adequados para a realização nas melhores condições das tarefas necessárias ao atingimento dos benefícios para a sociedade previstos pelo programa.

4) **Material:** QDM das Organizações Militares estruturadas e com materiais, equipamentos e sistemas C² para a realização nas melhores condições das tarefas necessárias ao atingimento dos benefícios para a sociedade previstos pelo programa; e sistema integrador de softwares para apoiar operações conjuntas e em ambiente interagências, fundamental para atingimento da consciência situacional em todos os escalões.

5) **Educação:** Plano de disciplina das escolas contemplando a instrução de técnicas, táticas e procedimentos para a utilização dos novos materiais, equipamentos, armamentos e sistemas C², tudo de acordo com os conhecimentos doutrinários atualizados.

6) **Pessoal:** Quadro de Cargos Previstos de Organizações Militares adequados para a realização nas melhores condições das tarefas necessárias ao atingimento dos benefícios para a sociedade previstos pelo programa.

7) **Infraestrutura:** Estrutura fixa central para receber, processar, armazenar e distribuir dados e informações de interesse para o estabelecimento da Consciência Situacional da F Ter nos níveis Estratégico, Operacional e Tático; e infraestruturas fixas para as ações de Proteção Integrada com atuação em ambiente interagências nos C Mil A e G Cmdo Op.

b. Amplitude

Compor meios de planejamento, comando, coordenação, controle e comunicações para emprego de G Cmdo/GU operacionais em ações de Proteção da Sociedade.

Compor as tropas de operações especiais e de DQBRN nas operações de prevenção e combate ao terrorismo e atuação em ambientes contaminados por agentes QBRN.

c. Localização

Os meios fixos e móveis integrantes do SISCOT tem por base de implantação a sede de todos os C Mil A, G Cmdo e GU operacionais da Força Terrestre.

Os meios de prevenção e combate ao terrorismo deverão ser entregues nas OM de Op Esp sediadas nas guarnições de Goiânia, Rio de Janeiro e Manaus.

Os meios de DQBRN devem ser entregues nas OM de DQBRN, particularmente nas guarnições do Rio de Janeiro e de Goiânia, e em localidades onde o sistema tempestiva e oportunamente levantarem como sendo conjunturalmente oportunas.

d. Técnicas e processos de engenharia necessários

As técnicas e processos de engenharia a serem utilizados pelo programa deverão ser elaborados e aplicados pela gerência dos projetos integrantes.

e. Infraestrutura necessária e existente para o desenvolvimento do programa.

A infraestrutura existente para desenvolvimento do programa está subdimensionada, necessitando de ampliação de 100% da atualmente existente.

f. Alternativas técnicas para o programa.

Não aplicável ao presente estudo

g. Estimativa do ciclo de vida do(s) produto(s) do(s) projeto(s) integrantes do programa, bem como do programa como um todo.

O ciclo de vida dos produtos integrantes do programa será alvo de estudo e detalhamento pela gerência dos projetos integrantes.

h. A criação dos novos projetos integrantes do programa criará novos encargos aos ODS/ODOp que poderão redundar, possivelmente, na necessidade de revisão de efetivos naqueles Órgãos e/ou em suas Organizações Militares Diretamente Subordinadas.

Não se visualiza a necessidade de criação de novas OM, entretanto, será necessário um estudo para adequação do QO (QDM/QCP) de algumas OM, conforme supracitado nas metas do programa.

i. Riscos visualizados do estudo deste item.

Para se lograr o atingimento das metas previstas na atual conjuntura econômica e política brasileira, onde existe um reduzido aporte de recursos orçamentários por parte do governo federal, associado a uma extrema instabilidade na política de execução dos recursos autorizados e a carência de recursos humanos na Força Terrestre dificultam a execução das tarefas previstas para o programa, correndo-se o risco de sobrecarregar a estrutura existente, particularmente na área de gestão, o que poderá redundar em problemas na área administrativa do programa.

9. Estudo Econômico

a. Quantificação dos custos do Programa e da operação dos seus produtos, bem como suas fontes.

O PEE Proteger, atualmente recebe os seus recursos, previstos em Lei Orçamentária Anual (LOA) por meio de Ação Orçamentária (AO) 14T6, que deverá ser a fonte dos recursos do Prg EE Proteger. Durante o processo de transformação poderá haver ajustes no seu descritor e também nos seus respectivos Planos Orçamentários (PO).

O PEE Proteger recebeu de recursos até 2017 no montante de aproximadamente, R\$ 221.190.000,00 (Duzentos e vinte e um milhões, cento e noventa mil reais).

1) Quantificação dos recursos a serem empregados nas diversas fases de implantação do Programa e suas fontes.

O Programa Proteger tem a duração prevista para 20 (vinte) anos, com o seu custo estimado em R\$ 4.463.960.000,00 (quatro bilhões quatrocentos e sessenta e três milhões e novecentos e sessenta mil reais) conforme planilha abaixo:

ATIVIDADES/TAREFAS	CUSTOS ESTIMADOS (Milhões de reais)
Gerência do Programa	6,60
Subprograma	-
Projeto Integrador	4,0
Projeto Sistema TIC	223,38
Projeto CCOp	62,10
Ações Complementares do Subprograma	2.415,20
Projeto Prevenção e Combate a Ações Terroristas	127,43
Ações Complementares do Programa	1.625,25
TOTAL	4.463,96

b. Estimativas de custos de manutenção de equipamentos que deixarão de ser empregados em função da descontinuidade ou desfazimento de determinados itens por motivo de substituição pelo material novo.

A Equipe do Programa não dispõe de informações precisas sobre os custos de manutenção dos Equipamentos adquiridos pelo Programa, em decorrência da descontinuidade ou desfazimento de itens a serem substituídos pelos novos materiais a serem adquiridos/obtidos pelo Programa.

O Programa planeja atenuar os efeitos da redução da vida útil sobre os Sistemas de Materiais de Emprego Militar (SMEM), Materiais de Emprego Militar (MEM) e PRODE adquiridos através da gestão da obsolescência a ser exigida dos fabricantes/fornecedores em suas contratações.

c. Estimativas de receitas obtidas com o desfazimento (por alienação) de bens.

Não há informações precisas sobre receitas obtidas por desfazimento de bens. Se as OM responsáveis pelo material adquirido pelo Programa obtiverem alguma receita, estes deverão recolhidos ao Fundo do Exército.

d. Possibilidades e estimativas de receitas com royalties.

Não existe previsão de receitas com “royalties”, atualmente, pelo Programa. Entretanto, sendo a Força Terrestre, proprietária dos PRODE desenvolvidos, com recursos da Ação Orçamentária do Programa, a mesma possui direito legal a receber *royalties* sobre a venda dos mesmos.

e. Proposta de inclusão em orçamento do Exército.

O Prg Proteger propõe que os custos decorrentes da utilização e manutenção dos PRODE obtidos pelo Programa, após a entrega sejam incluídos no orçamento do Exército.

f. Alternativas de financiamento, caso necessário, com verificação de possibilidades de operações de crédito externo e acordos de compensação.

A Equipe do Programa não visualiza alternativas de financiamento para a obtenção dos PRODE previstos nos projetos integrantes do Proteger.

Entretanto, existe a possibilidade de obtenção de recursos extra orçamentários oriundos de:

- 1) Destaques (emendas) ao orçamento do EB, obtidos junto aos parlamentares, por meio da assessoria parlamentar;
- 2) Acordos de compensação;

3) Junto a outros Prg EE; e

4) Outras fontes de recursos orçamentários advindas de ações governamentais extraordinárias do governo, na qual o exército exerce suas missões constitucionais ordinárias ou complementares.

g. Verificação das diferentes nuances de o material (se for o caso) ser desenvolvido e/ou adquirido por indústria nacional, em comparação com a indústria estrangeira.

Os produtos a serem adquiridos/desenvolvidos pelo Programa já possuem similares na indústria nacional.

h. O custo e o impacto de não implementar o Programa.

A não implementação do programa acarretará na redução da capacidade de emprego tempestivo da Força Terrestre na Proteção da Sociedade, impactando o cumprimento da sua missão constitucional conforme descrito na letra d) item 6, do presente estudo.

i. Riscos visualizados do estudo deste item.

A Equipe do Programa visualiza o que se segue:

1) Corte e/ou contingenciamento de créditos previstos na Lei Orçamentária Anual (LOA) reduzindo a capacidade de execução física e financeira das atividades do Programa;

2) A não continuidade de alocação de recursos específicos nos orçamentos anuais do Exército, necessários para o prosseguimento do Programa;

3) Entraves nos certames licitatórios, nacionais e/ou internacionais, necessários para a aquisição e/ou obtenção dos materiais e equipamentos pelos ODS.

4) Aumento de custos devido à inflação, flutuação da taxa de câmbio ou dificuldades no repasse de recursos financeiros.

5) Atrasos nas entregas de componentes necessários para fabricação ou manutenção de sistemas e materiais.

6) Atrasos no andamento dos Subprograma/Projetos, que podem aumentar o seu custo total.

10. Estudo Gerencial

a. Programas e projetos anteriormente concluídos pelo setor responsável.

O Projeto Piloto do CCOp Mv foi concluído durante o ano de 2016 sob responsabilidade do Comando Militar do Leste.

b. Lições aprendidas de outros programas ou projetos similares.

Constatou-se que havia um recobrimento no planejamento da aquisição de parte do material para apoio aos atuadores juntamente com o Programa Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras – SISFRON, com o Programa Obtenção da Capacidade Operacional – OCOP e Projeto COBRA 2020. Tal fato, combinado com a redução significativa no aporte de recursos orçamentários por parte do governo federal, sinalizou para uma retificação no escopo originalmente previsto para o Projeto PROTEGER, resultando na exclusão das entregas previstas relacionadas com aquisição de material para apoio aos atuadores, com exceção de materiais para atividades especializadas na área de prevenção e combate ao terrorismo e na prevenção e atuação em áreas contaminadas por agentes QBRN.

c. Estimativa do efetivo e constituição da equipe indispensáveis para o planejamento e execução do programa.

Item	Efetivo	Posto/Graduação	Função	Observação
01	01	Oficial General	Gerente do Programa	(a)
02	01	Coronel	Supervisor do Programa	(b)
03	01	Coronel	Gerente do Subprograma	(b)
04	01	Oficial Superior	Gestão financeira do Programa	(c)
05	01	Oficial	Gestão administrativa do Programa	(d)
06	01	Subtenente	Auxiliar da gestão do Programa	(e)
07	01	Sargento	Auxiliar de Informática	(f)
SOMA	07	-	-	(g)

Observações:

- (a) Of Gen PTTC, podendo ser ocupado por Cel QEMA da ativa ou PTTC.
- (b) Pode ser ocupada por Cel da ativa ou PTTC.
- (c) A ser ocupada, preferencialmente, por Of Sup do serviço de Intendência, da ativa ou PTTC; por Oficial do Quadro Complementar de Oficiais (QCO) de administração; ou ainda, por oficial com curso de especialização na área administrativa de projetos/programas.
- (d) A ser ocupada por oficial da ativa ou PTTC, preferencialmente, Of QCO de administração; ou ainda, por oficial com curso de especialização na área administrativa de projetos/programas.
- (e) Poderá ser ocupada por Sargento, preferencialmente, com especialização ou experiência na área administrativa de projetos/programas.
- (f) A ser ocupada preferencialmente por Sargento da ativa com especialização na área de informática, podendo ser ocupada por Sargento Técnico Temporário de Informática (STT).
- (g) A constituição da equipe de gerenciamento dos projetos ficará a cargo dos ODS/ODOp responsáveis.

d. Composição da equipe de gerenciamento do programa existente:

- 01 Cel da ativa – Gerente do Programa;
- 01 Cel PTTC – Supervisor do Programa;
- 01 Cel Int PTTC – Gestão financeira do Programa;
- 01 Cap QAO – Auxiliar da Gestão do Programa; e
- 01 3º Sgt STT Infor – Auxiliar de Informática.

e. Estimativa do regime de trabalho da equipe em proveito do programa.

O regime de trabalho para a equipe do Programa é, em princípio, integral (dedicação exclusiva), admitindo-se, em caráter excepcional, o regime parcial ou ainda o *home office*, tudo a cargo da gerência do Programa, autorizado pela chefia do EPEX.

f. Prioridade do programa dentre os demais programas e projetos estratégicos em implantação.

Não aplicável ao presente estudo

g. Consultorias necessárias para a implementação do programa.

Não aplicável ao presente estudo

h. Espaço de tempo necessário para o planejamento do programa e para a execução do programa.

Considerando-se que o Programa é decorrente do Projeto PROTEGER e tendo-se por base a Ordem de Serviço nº 001/2017 – EPEX/SGM, de 18 de janeiro de 2017, que prevê a aprovação da documentação do Programa pelo Ch EME a partir do dia 30 de novembro de 2017, totalizando um tempo de planejamento de oito meses e doze dias.

A fim de viabilizar a execução do Programa, mantendo-se um mínimo de compatibilidade na atualização tecnológica dos SMEM previstos, considerou-se o acréscimo de 5%, 15%, 25%, 35% e 45% no valor dos recursos orçamentários anuais destinados ao Programa, da 1^a até a 5^a Tranche, respectivamente, visando permitir sua conclusão num prazo de 20 anos, ou seja, até dezembro de 2037.

i. Espaço de tempo necessário para a obtenção dos recursos.

Anualmente, por ocasião da pré-proposta orçamentária, será enfatizada a necessidade da alocação de recursos supracitados.

j. Data limite para que seja compensadora a implementação do programa.

Não aplicável ao presente estudo

k. Prazo viável para a implementação do programa.

Não aplicável ao presente estudo

m. Riscos visualizados do estudo deste item.

O aporte de recursos orçamentários com percentuais de crescimento abaixo dos citados na letra “h.” acima compromete a eficácia gerencial do programa, obrigando a adoção de medidas que poderão comprometer o cumprimento das entregas e a gestão administrativa do programa, além de estender o seu prazo de conclusão.

11. Estudo dos Fatores Legais

a. Análise dos instrumentos legais

1) O Prg EE PROTEGER está alinhado com os diplomas legais vigentes, internos e externos ao EB, tendo como principais documentos: Política Nacional de Defesa (PND), Estratégia Nacional de Defesa (END), Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN) e Sistemática de Planejamento do Exército (SIPLEX).

2) As aquisições, obtenções e modernizações de SMEM, MEM e PRODE pelos subprograma/projetos seguirá, no que couber, as prescrições contidas na legislação vigente relativas às licitações e contratos no âmbito do Governo Federal e EB, além de outros instrumentos legais (nacionais e internacionais) aplicáveis.

3) A incorporação de novos SMEM e MEM pelos subprogramas/projetos integrantes do Programa seguirá ao prescrito na legislação que trata da Gestão do Ciclo de Vida dos Sistemas e Materiais de Emprego Militar (EB10-IG-01.018).

12. Estudo Ambiental

Não aplicável ao presente estudo

13. Discussão

a. Síntese dos principais riscos

Descrição do RISCO	ALTERNATIVA proposta
Risco de que o Governo Federal não disponibilize recursos financeiros para a execução do programa na forma programada.	Suspender, temporariamente, a execução do programa, aguardando oportunidade para sua retomada.
Interrupção do repasse de recursos financeiros.	Adequar o planejamento. Atuar junto à AP para mitigar o impacto.
Não cumprimento do cronograma previsto para a descentralização dos créditos.	Adequar o planejamento. Buscar fontes alternativas de recursos.
Riscos de alterações no escopo do programa produzidas pelo patrocinador.	Adequar o planejamento e execução.
Baixa priorização no apoio à gestão do Programa.	Manter o EME informado das ações do Programa, bem como de sua abrangência e impacto no EB. Buscar o comprometimento do ODG, ODOp, ODS e C Mil A.

b. Demonstração da viabilidade

1) O Prg EE Proteger contempla toda a Força Terrestre, constituindo-se instrumento fundamental para a geração de poder e contribuindo sobremaneira para o processo de Transformação da Força. A não consecução das ações previstas implicará no comprometimento da prontidão operacional e na capacidade dissuasória da Força, bem como a proteção da sociedade. Destarte, deve receber alta prioridade por parte do Comando do Exército.

2) Os recursos estimados no estudo econômico, diluídos ao longo de 20 (vinte) anos, para consecução do Programa não se constitui em empecilho, se comparado com os benefícios que se propõe gerar à Sociedade.

c. Condições de sustentabilidade do Programa no tempo.

Descrição do RISCO	ALTERNATIVA proposta
Dimensionamento insuficiente da equipe do Programa.	Buscar a contratação de PTTC. Contratar uma empresa para atuar nas áreas com elevadas demandas. Transferir militares para a Eqp Prg.
Excessiva burocratização do processo físico financeiro comprometer a contratação de serviços e/ou aquisição e distribuição de PRODE.	Atuar junto ao processo físico-financeiro para diminuir os impactos do risco.
Empresas contratadas tornarem-se impossibilitadas de cumprirem os contratos.	Adequar o planejamento. Iniciar novo processo administrativo para dar continuidade ao programa.
Serviços ou PRODE fornecido cujo desempenho não corresponda aos requisitos do Programa.	Acompanhamento e fiscalização do processo de recebimento dos PRODE por intermédio da equipe do programa e pelos representantes do programa nos ODS, ODOp e C Mil A.

Litígio judicial de natureza trabalhista, acidentário, fiscal ou previdenciária em que o empregado da terceirizada figure como litigante.	Estabelecer cláusulas contratuais que resguardem a instituição.
A prestação do serviço de capacitação operacional e logística não seja eficaz.	Estabelecer cláusulas no contrato que garantam a manutenção da qualidade dos PRODE. Estabelecer os requisitos dos PRODE a serem adquiridos. Se for o caso, contratar seguro que garanta a qualidade do PRODE.
Imposições governamentais para aquisição de determinados PRODE impedindo a confecção de cronograma consistente.	Adequar o planejamento, alterando o custo do programa.
Período de execução do Programa envolver vários Governos.	Reajustar o planejamento, se for o caso.
A inflação produza uma alteração significativa nos custos de contratação de serviços e/ou aquisição e distribuição de PRODE.	Adequar o planejamento, alterando o custo do programa.
Variação cambial da moeda nacional comprometendo a incorporação de insumos ou PRODE estrangeiros.	Buscar a recomposição do equilíbrio econômico financeiro em virtude do impacto cambial.
Mudanças na tecnologia no decorrer do Programa.	Adequar o planejamento. Elaborar novos Termos de Referência.

1) A sustentabilidade do Programa será assegurada pelos recursos orçamentários alocados à Ação Orçamentária 14T6. Entretanto nos últimos anos o montante destinado anualmente na LOA para essa atividade não permite o desenvolvimento de todas as ações necessárias ao Prg EE Proteger.

2) A sustentabilidade do Programa também está relacionada à possibilidade de dotação de recursos extra orçamentários à Força, bem como de remanejamento de recursos oriundos de outros Prg EE/PEE.

DESCRITIVO SUMÁRIO DA EXECUÇÃO FÍSICA IMPLANTADA ATUALMENTE E PREVISÃO ANUAL DE EXECUÇÃO FÍSICA ATÉ O FINAL DO PROJETO

O Programa Estratégico Defesa da Sociedade (PROTEGER) conta com 4 projetos:

Projeto CCOp, Projeto Sistema de Tecnologia de Informações e Comunicações (TIC), Projeto Integrador e Projeto de Prevenção e Combate a Ações Terroristas. Além disto, conta também com ações complementares necessárias para que sejam alcançadas as capacidades e benefícios planejados para o Programa.

O Programa possui a seguinte previsão anual de execução:

PROJETO / AÇÃO COMPLEMENTAR (1)	FASE (2)	Ano de Início	Ano de término	2º TRANCHE			3º TRANCHE				4º TRANCHE			5º TRANCHE			6º TRANCHE					
				2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	2037	2038
Gerenciamento do Prg	OBTENÇÃO																					
	O&A	2012	2037																			
	DESFASIMENTO																					
Projeto Integrador	OBTENÇÃO	2017	2021																			
	O&A	2022	2025																			
	DESFASIMENTO																					
Projeto TIC	OBTENÇÃO	2024	2037																			
	O&A																					
	DESFASIMENTO																					
Projeto CCOp	OBTENÇÃO	2018	2037																			
	O&A	2022	2037																			
	DESFASIMENTO																					
Ações Complementares do Subprograma SISCOT	OBTENÇÃO																					
	O&A																					
	DESFASIMENTO																					
Projeto Prevenção e Combate a Ações terroristas	OBTENÇÃO	2020	2037																			
	O&A	2021	2037																			
	DESFASIMENTO																					
Ações Complementares do Programa	OBTENÇÃO																					
	O&A	2020	2037																			
	DESFASIMENTO																					

O Projeto Integrador está em fase de desenvolvimento e será entregue em 2021.

O Projeto TIC terá seu início em 2024, findando-se em 2037.

O Projeto CCOp encontra-se em fase de desenvolvimento e há a previsão de entrega do protótipo em 2020.

O Projeto Prevenção e Combate a Ações Terroristas será iniciado em 2020 com a compra de equipamentos para o Sistema DQBRN.

Dentro das ações complementares, encontra-se em fase de construção o Complexo de Tiro do COpEsp, com recursos repassados, em 2018, pelo antigo Ministério de Segurança Pública.

Portanto, até o momento, não houve execução física de fato implantada.

RECURSOS ANUALMENTE APLICADOS E PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA ATÉ O FINAL DO PROJETO

Segue o Cronograma Físico-Financeiro **inicialmente** planejado para o Programa, no período de 2018 até 2037.

Item	Atividades - Tarefas	Custo Estimado (Milhões de Reais)	CRONOGRAMA								
			2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
1.1	Gerência do Programa	6,60	0,20	0,20	0,20	0,20	0,25	0,25	0,25	0,25	0,30
1.2	Subprograma SISCOT	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2.1	Projeto Integrador	4,00	2,00	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.2	Projeto Sistema TIC	223,38	8,00	9,00	11,23	11,91	11,70	13,48	15,52	17,85	10,19
1.2.3	Projeto CCOp	62,10	0,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4	Ações Complementares do Subprograma	2.415,20	0,50	0,80	8,20	8,50	11,75	13,53	15,57	17,90	21,15
1.3	Projeto Prevenção e Combate a Ações Terroristas	127,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8,37
1.4	Ações Complementares do Programa	1.625,25	7,00	6,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5,00
	TOTAL	4.463,96	17,80	18,70	19,63	20,61	23,70	27,26	31,34	36,00	45,01

Item	Atividades - Tarefas	CRONOGRAMA										
		2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	2037
1.1	Gerência do Programa	0,30	0,30	0,30	0,40	0,40	0,40	0,40	0,50	0,50	0,50	0,50
1.2	Subprograma SISCOT	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2.1	Projeto Integrador	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.2	Projeto Sistema TIC	0,00	5,00	5,00	5,00	7,00	8,00	10,00	13,00	11,50	20,00	30,00
1.2.3	Projeto CCOp	0,00	2,00	2,00	2,00	3,00	3,50	6,00	7,00	6,50	12,00	18,00
1.2.4	Ações Complementares do Subprograma	45,00	53,00	73,00	102,90	109,90	148,40	203,90	309,80	281,80	402,80	586,80
1.3	Projeto Prevenção e Combate a Ações Terroristas	6,02	5,10	2,69	3,49	5,07	10,70	12,82	16,59	14,18	20,72	21,68
1.4	Ações Complementares do Programa	5,00	5,00	5,00	5,00	35,00	45,50	59,15	76,90	300,00	435,00	635,00
	TOTAL	56,32	70,40	87,99	118,79	160,37	216,50	292,27	423,79	614,48	891,02	1.291,98

EMPRESAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS PARTÍCIPES DO PROJETO

Para o desenvolvimento do Projeto INTEGRADOR foi contratada a empresa DÍGITRO TECNOLOGIA LTDA.

O Programa Proteger, em parceria com a Universidade de Brasília, está atualmente em tratativas para a elaboração do projeto de engenharia do CCOp Mv e realização de um Mestrado por parte desta para que seja estudado e melhor desenvolvido este Material de Emprego Militar.

ENTRAVES TÉCNICOS E ORÇAMENTÁRIOS:

- 1) Corte e/ou contingenciamento de créditos previstos na Lei Orçamentária Anual (LOA) reduzindo a capacidade de execução física e financeira das atividades do Programa;
- 2) A não continuidade de alocação de recursos específicos nos orçamentos anuais do Exército, necessários para o prosseguimento do Programa;
- 3) Entraves nos certames licitatórios, nacionais e/ou internacionais, necessários para a aquisição e/ou obtenção dos materiais e equipamentos pelos ODS.
- 4) Aumento de custos devido à inflação, flutuação da taxa de câmbio ou dificuldades no repasse de recursos financeiros.
- 5) Atrasos nas entregas de componentes necessários para fabricação ou manutenção de sistemas e materiais.
- 6) Atrasos no andamento dos Subprograma/Projetos, que podem aumentar o seu custo total.



FERNANDO AZEVEDO E SILVA
Ministro de Estado da Defesa